

EDUCAÇÃO TERÁ CORTE DE R\$ 4 BILHÕES NO ORÇAMENTO PARA 2021



Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que poderá efetuar um corte de R\$ 4 bilhões no orçamento das chamadas despesas discricionárias, que são aquelas consideradas não obrigatórias, em 2021. Uma redução de 18,2% em relação ao orçamento que foi aprovado para 2020.

O corte afetará em cheio as universidades e institutos federais, já que a estimativa é de que percam R\$ 1 bilhão de seu orçamento. O anúncio do corte chega em um momento extremamente difícil para as universidades, pois já vinham debatendo internamente como prover os instrumentos necessários às aulas remotas este ano, bem como o aumento das despesas no retorno às aulas presenciais em 2021.

Em reunião com o senador Eduardo Gomes

(MDB-TO), líder do Governo no Senado, o presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Edward Madureira (UFG), afirmou: “Já vivenciamos um contexto de dificuldades, precisando escolher entre prioridades, em um contínuo esforço para manutenção da qualidade e inclusão de alunos de menor renda, mesmo passando por reduções orçamentárias ao longo dos últimos quatro anos. E agora fomos informados que haverá uma redução linear de 18,2% nos limites orçamentários para 2021, o que tornará a situação insustentável. Com esse corte, nenhuma instituição poderá cumprir suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão no próximo ano”. (Site da Andifes).

As verbas discricionárias são utilizadas no paga-

mento dos/as trabalhadores/as terceirizados/as, contas de água e luz e na manutenção dos programas de assistência estudantil, por exemplo. Com o retorno às aulas presenciais no próximo ano, as universidades terão que adotar novas medidas como, por exemplo, uma higienização específica no combate ao coronavírus, o que demanda mais mão de obra terceirizada.

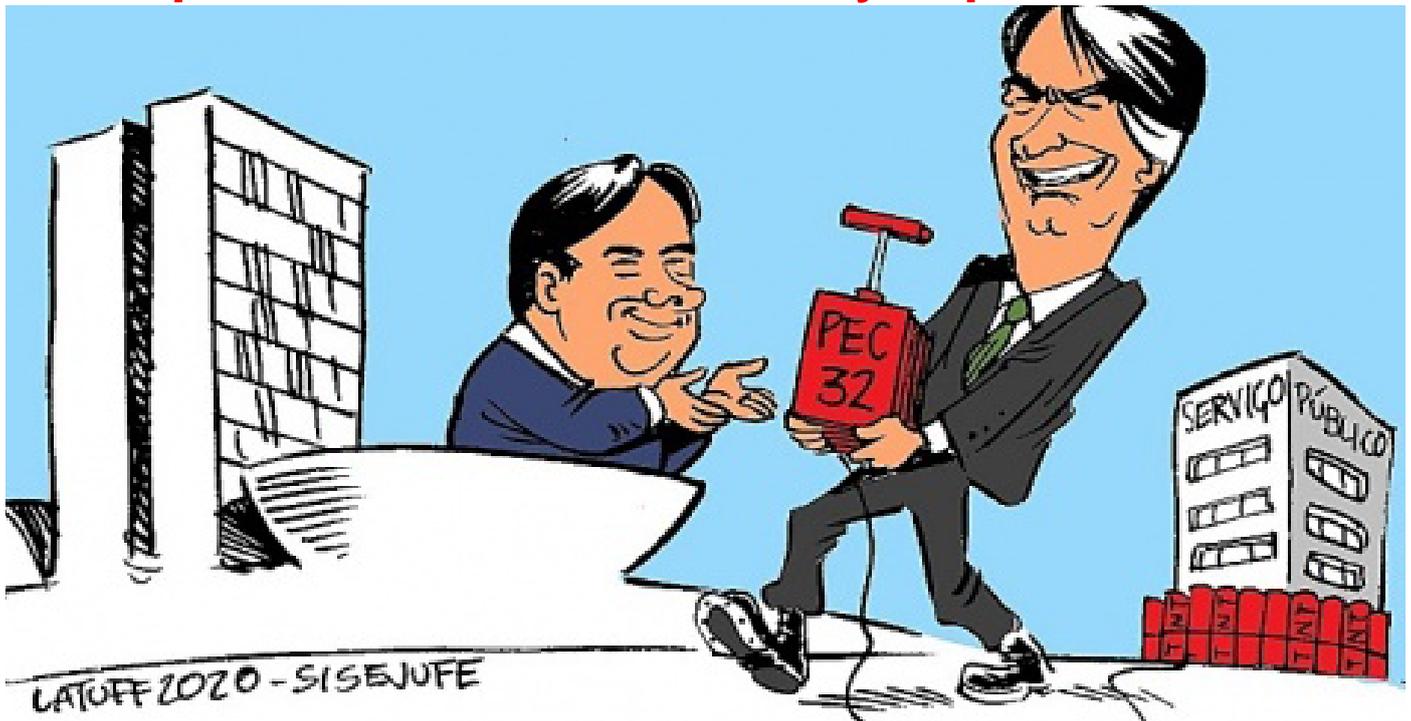
Ainda que o retorno aconteça, é possível que nem todos os alunos possam voltar ao mesmo tempo, ou seja, as universidades terão que providenciar os recursos necessários para que o estudante de baixa renda tenha acesso aos conteúdos virtuais. Como assegurar esse acesso se até o mesmo os programas de assistência estudantil estão correndo risco com o corte no orçamento?

O presidente da Andifes

se mostra bastante preocupado com essa questão: “Esses estudantes já tiveram a situação econômica agravada em face da pandemia. E as universidades ainda estão com necessidade de prover condições adequadas de biossegurança e de acesso às novas tecnologias para as atividades acadêmicas e administrativas. Portanto, além da recomposição do orçamento, os recursos suplementares emergenciais devem ser previstos nos limites orçamentários para 2021, assim como foram em 2020”. (Site da Andifes).

O corte no orçamento já está no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2021, que é feito pelo Ministério da Economia, e já foi confirmado pelo MEC. O Congresso Nacional ainda deve apreciar o documento antes que ele seja aprovado. ■

É preciso derrotar a Reforma Administrativa para defender os serviços públicos!



No último dia 3 de setembro, o governo Jair Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, da Reforma Administrativa. Na prática, a PEC nada mais é que uma tentativa de reduzir gastos por meio da extinção da estabilidade dos servidores públicos, visando, obviamente, futuras demissões. A PEC ainda visa rebaixar os rendimentos dos atuais servidores e os salários de novas contratações.

É exatamente no ponto dos rendimentos dos atuais servidores que o governo tenta dividir a categoria, mentindo quando afirma que apenas os novos servidores serão atingidos. Quando, na verdade, caso a proposta seja aprovada, os atuais servidores ficarão em cargos em extinção, ou seja, com o congelamento de remuneração e benefícios.

Como sempre, o governo prioriza alguns setores. Para diplomatas, militares e auditores fiscais, por exemplo, a regra se assemelha a que está em vigor atualmente, garantindo mais segurança no cargo. Já para os demais servidores concursados, a proposta é que haja um contrato de trabalho por tempo indeterminado, com estabilidade mais flexível. Ainda segundo a PEC, será possível existir servidores sem estabilidade, que o governo poderá contratar por tempo indeterminado.

Com o fim da estabilidade, a atuação dos servidores está correndo graves riscos, pois eles estarão mais suscetíveis a pressões políticas. Atualmente, todo servidor tem direito a estabilidade no cargo, passando, para isso, no estágio probatório de três anos. Caso a PEC 32/2020 seja aprovada, serão criados tipos

diferentes de vínculos, e a estabilidade ficará restrita ao cargo típico de Estado.

Outro ponto grave da proposta é grande poder que se coloca nas mãos do presidente. Se a proposta for aprovada, o presidente terá o poder para extinguir cargos públicos efetivos vagos, Ministro de Estado, cargos em comissão, cargos de liderança e assessoramento, funções de confiança e gratificações de caráter não permanente, ocupados ou vagos. Será permitido ao presidente criar, fundir, transformar ou extinguir posições nos Ministérios ou nos Órgãos diretamente subordinados ao chefe do executivo e entidades da administração pública autárquica e fundacional.

Precisamos construir um movimento político unificado com todos servidores públicos do país para barrar esta reforma que

deverá ser discutida e votada em todas as Casas do Congresso Nacional e em dois turnos, e sua aprovação só poderá ocorrer se obtiver três quintos dos votos de senadores e deputados, em ambos os turnos. Caso seja aprovada, a PEC é promulgada pelas Mesa da Câmara e do Senado, e passa a fazer parte definitivamente do texto da Constituição.

Encaminhamos aqui materiais construídos pelo DIEESE e pela nossa assessoria jurídica que aprofundam a discussão e nos oferecem melhor condição de entender o que está em jogo com esta Reforma Administrativa. No próximo dia 30/9, será um Dia Nacional de Luta Contra a Reforma Administrativa, contamos com sua colaboração e participação em defesa dos serviços e dos servidores públicos. ■

FÓRUM TRIPARTITE DO CAHL É REATIVADO E DISCUTE A CONJUNTURA ATUAL



No dia 8 de setembro, aconteceu mais uma reunião conjunta dos representantes das categorias que compõem a comunidade acadêmica do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB.

A conjuntura adversa coloca como uma necessidade a organização e articulação das três categorias que compõem a universidade, bem como a mobilização com a população do Recôncavo. Por isso, o Fórum Tripartite no CAHL foi reativado, entendendo a necessidade da união entre as categorias da universidade (docentes, discentes

e servidores técnicos).

Foi discutida a luta contra a volta do ensino presencial em plena pandemia, também foi feito um balanço das atividades realizadas, além da discussão sobre as contradições da implementação do chamado ensino remoto no semestre emergencial.

Os discentes ainda demonstraram preocupação com o aumento da evasão escolar, e ressaltaram o problema inaceitável de formas de assédio moral na universidade, envolvendo todas as categorias, mas que a relação docente-discente tem provocado problemas

graves, que indicam a necessidade de um debate franco e democrático sobre a questão no CAHL e no conjunto da UFRB.

Um outro ponto de debate foi a questão ambiental, mais especificamente a situação do rio Paraguaçu. Neste ponto foi aprovada uma campanha de solidariedade aos marisqueiros, pescadores, quilombolas e população ribeirinha em defesa do rio, e foi pontuado o fato da repressão Pedra do Cavalo não ter licença ambiental e pressionar negativamente a comunidade da região. Será organizado um debate virtual e atividades pre-

ciais junto aos movimentos sociais e populares do Recôncavo.

A reunião contou com representantes da APUR e das entidades estudantis, (na reunião anterior teve também uma representação da Assufba) que colocaram como eixo fundamental no próximo período a luta contra o retorno às aulas presenciais, e em defesa da universidade, contra o corte de verbas. Neste sentido, foi agendada uma plenária para o dia 29 de setembro, para discutir o orçamento da união e a situação da UFRB para 2021.■

NEGOCIAÇÃO DA APUR COM A REITORIA AVANÇA NO SENTIDO DE ATENDER OS INTERESSES DA CATEGORIA DOCENTE

Com a aprovação do calendário suplementar com aulas não presencias pelo Conselho Acadêmico (CONAC) da UFRB, a APUR, que já vinha há muito tempo discutindo com sua base, apresentou uma pauta de reivindi-

cação sobre as condições de trabalho na UFRB, em especialmente no formato de teletrabalho. Para negociar a pauta com a reitoria, foram necessárias duas reuniões.

No dia 25 de agosto, a direção da APUR se reu-

niu com a administração central da UFRB. Na oportunidade, foi acrescentada a discussão sobre o corte de 18,2% (aproximadamente R\$ 8 milhões no custeio e Investimento) no orçamento da UFRB, realizado pelo governo Bolsonaro na

PLOA que foi enviado à Câmara de Deputados.

O presidente da APUR, professor David Teixeira, considerou que foi feita uma boa primeira discussão, mas que também ficou evidente que seria necessária



muita luta e trabalho para garantir que a UFRB siga desenvolvendo suas atividades com qualidade: “Principalmente diante do estrangulamento financeiro que o governo Bolsonaro está submetendo a UFRB. É consenso que a superação da atual crise só é possível com mais serviços públicos, temos que combater esta política de sucateamento das IFE e da educação pública. Na próxima sexta, avalio que poderemos avançar em conquistas

internas que assegurem as condições básicas para o desenvolvimento de nossas atribuições na UFRB”, afirmou David Teixeira.

Como nem todos os itens da pauta foram discutidos nesse primeiro momento, outra reunião foi realizada no dia 31 de agosto.

Após ampla discussão e reflexão de todos os pontos da pauta, a avaliação da direção da APUR foi positiva. A administração central ficou de encami-

nhar por escrito as respostas relacionadas aos itens relativos às condições materiais e a minuta de resolução referente às questões relacionadas aos demais itens, em especial em relação a jornada e os registros do trabalho docente na pandemia.

Apesar de ter considerado a negociação exitosa, o presidente da APUR pondera que algumas lutas ainda continuarão, principalmente as que possuem efeito financeiro, “seguiremos em todas

as instâncias possíveis para assegurar que os custos do teletrabalho não fiquem na conta do orçamento dos professores, uma vez que esta responsabilidade é do governo federal”, concluiu David.

Assim que a administração central enviar as respostas prometidas, a APUR vai compartilhá-las com todos/as professores/as da UFRB.■



A LUTA DA APUR NO CAMPO JURÍDICO

Situação das Ações Coletivas



A luta de um sindicato se faz em várias frentes, e sempre buscando que o diálogo e negociações consigam garantir que os direitos dos/as trabalhadores/as sejam assegurados. Nessa perspectiva, a APUR vem atuando em defesa da categoria docente em todas as instâncias possíveis, e a judicial é uma delas. Atualmente, a associação tem algumas ações coletivas em trâmite.

Apesar da consciência dos limites da luta no judiciário, o tempo, a demora em

se ter uma resposta, a exigência de estrutura e paciência dos envolvidos; não podemos descartar a importância desse tipo de luta.

Láís Pinto, advogada da APUR, explica que a principal dificuldade atualmente é combater a legislação que foi editada no contexto da pandemia: “que prejudica e suprime direitos dos docentes, como foi o caso da Instrução Normativa 28/2020. Existem ainda outras situações, a exemplo do encerramento dos contratos temporários dos profes-

res substitutos, em que nos deparamos com um contexto sem precedentes, em que tudo é novidade, inclusive para os magistrados, que são os responsáveis por formar o entendimento do judiciário sobre matérias tão delicadas”, pontuou Láís.

Além dessas duas ações já apontadas pela advogada, a APUR tem outras ações coletivas na justiça.

Processo coletivo - APUR X UFRB: 0035155-05.2014.4.01.3300 - Contribuição Previdenciária e

IR sobre Férias. Situação: Em 24/04/2020 - Processo Redistribuído ao desembargador federal Kassio Nunes Marques. Processo coletivo - APUR X UFRB: 0037770-65.2014.4.01.3300 - Férias e adicional de insalubridade para docentes em licença capacitação. Situação: Em 22/07/2020 - Em processo de digitalização no TRF. Processo coletivo - APUR X UFRB: 0003776-75.2016.4.01.3300 - FUNPRESP. Situação: Em 06/09/2019 - Apresentadas contrarrazões, aguardando conclusão para

juízo do recurso (a matéria se encontra pendente no STF, com repercussão geral). Processo coletivo- APUR X UFRB: 1000466-39.2019.4.01.3300 - FCC. Situação: Em 01/09/2020 - Apresentada petição de especificação de provas, após ter sido determinado à UFRB que apresente a lista de docentes que estão sem receber a FCC.

Processo coletivo- APUR

X UFRB: 1011265-10.2020.4.01.3300 - Efeitos financeiros das progressões/promoções. Situação: Em 31/08/2020 - Manifestação da UFRB contrária ao deferimento do pedido, aguardando decisão. Processo coletivo - APUR X UFRB: 1021822-56.2020.4.01.33,00- Suspensão da progressividade das alíquotas previdenciárias. Situação: Decisão indeferindo a tutela e de-

terminando a citação dos réus para contestar a ação.

Como podemos observar, a APUR recorreu à justiça sempre que os direitos dos/as docentes da UFRB foram ameaçados. Infelizmente, não temos dúvidas de que outras ações virão, haja vista que a cada dia tentam usurpar os direitos conquistados com tanta luta. Mas a APUR está ciente e preparada para continuar lutando

para que os direitos de cada professor e professora sejam garantidos. Como bem observou a advogada Laís Pinto, “O papel do Sindicato, portanto, nesse momento, é manter a vigilância e a luta para que os professores não tenham suas condições de trabalho ainda mais precarizadas, e sejam garantidos os seus direitos, historicamente conquistados”■

GREVE DOS CORREIOS CONTINUA



Imagem FENTCET Divulgação

Trabalhadores e trabalhadoras dos Correios completaram um mês de greve nessa quinta-feira (17). A audiência de conciliação do último dia 11 entre os representantes da categoria a empresa não gerou o efeito esperado, não houve acordo, ou seja, a greve, que teve início dia 17 de agosto, continuou. Os/as trabalhadores/as lutam contra a redução em 40% da remuneração e a retirada de 70 cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT),

entre elas a licença maternidade de 180 dias, pagamento de adicional noturno, auxílio-creche e indenização por morte.

Os/as trabalhadores também são contra a privatização dos Correios e denunciam negligência durante a pandemia. A Federação Nacional dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos (Fentect) denunciou que a empresa, desde o início da pandemia da Covid-19, não cumpriu as orienta-

ções de segurança à saúde dos/as trabalhadores/as. Segundo levantamento feito pela Fentect, muitas agências não dispõem dos equipamentos necessários, sabonete líquido para uso dos/as funcionários/as, desinfecção dos ambientes e nem mesmo álcool em gel.

Os números apontam que mais de 100 trabalhadores dos Correios morreram por conta da Covid-19. Ainda assim, em plena pandemia, além

da retirada de 70 das 79 cláusulas da ACT, o governo Bolsonaro resolveu acabar com o Plano de Saúde da categoria.

Mesmo com cerca de 70% dos trabalhadores e trabalhadoras paralisando as atividades em todo o país, a direção dos Correios não apresentou nenhuma contraproposta na audiência de conciliação. Sendo assim, o Tribunal Superior do Trabalho vai julgar a paralisação no dia 21 de setembro.■

EXPEDIENTE

Presidente: DAVID ROMÃO TEIXEIRA

Vice-presidente: ORAHCIO FELÍCIO DE SOUSA

Secretaria: JULIANO PEREIRA CAMPOS

Suplente da Secretaria: RENATA CORREIA LIMA FERREIRA GOMES

Tesouraria: JOSÉ DA CONCEIÇÃO SANTANA

Suplente da Tesouraria: NILTON CARDOSO DA SILVA

Diretoria Executiva: DJENANE BRASIL DA CONCEIÇÃO

Suplente da Diretoria Executiva: ANTONIO EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA

Assessoria Sindical: ALINE SAMPAIO

Diagramação: JOSÉ MORAIS RODRIGUES

22

setembro
(próxima terça-feira)

14 horas

Assembleia virtual da APUR

PAUTA:

- Informes;
- Reforma Administrativa e Cortes na UFRB;
- Pauta Docente UFRB;
- 9º CONAD Extraordinário e escolha de delegado/a;
- O que ocorrer.

Link: <https://cutt.ly/HFWbrO>